

PARECER Nº _034119__

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Projeto de Lei nº 033-2019

Autor: Sra. Prefeita Municipal, ALMIRA RIBAS GARMS

Autoriza o Poder Executivo a celebrar termo de fomento com a Associação Luízas de Marilac, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades de custeio do serviço de proteção social especial de média complexidade, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014 (Fundo Municipal dos Direitos da Crianca e do Adolescente).

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, reunindo seus membros nesta data, após ouvir os argumentos do nobre Vereador Relator, conclui pela constitucionalidade e legalidade da matéria, fazendo do competente Relatório o seu Parecer.

Portanto, esta Comissão emite **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei nº 033-2019, reservando ao Plenário a decisão final.

Palácio Legislativo Água Grande, 15 de agosto de 2019.

Comissão de Constituição, Justiça e Redação:

JOSIMAR RODRIGUES

Presidente

IAN FRANÇISCO ZANIBATO SALOMÃO

Vice Presidente

NITOR BINI TEODORO

Secretário e Relator

CM Paraguatu Paulista

Protecolo Data/Hora 27-794 15/09/2019 15:38:17 Responsible:

u



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Projeto de Lei nº 033-2019

Autor: Sra. Prefeita Municipal, ALMIRA RIBAS GARMS

Autoriza o Poder Executivo a celebrar termo de fomento com a Associação Luízas de Marilac, em regime de mútua cooperação, para a consecução finalidades de interesse público recíproco, mediante a execução de atividades de custeio do servico proteção social especial de média complexidade, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014 (Fundo Municipal dos Direitos da Crianca e do Adolescente).

RELATÓRIO

O Projeto de Lei encaminhado a este relator, para análise e parecer, visa obter autorização para que o Poder Executivo celebre Termo de Fomento com a Associação Luízas de Marilac, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades de custeio do serviço de proteção social especial de média complexidade, nos termos da Lei Federal n° 13.019/2014 (Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente).

De acordo com a justificativa do projeto, no plano de trabalho apresentado pela entidade, o público-alvo da parceria são crianças e adolescentes de 6 a 14 anos de ambos os sexos. A solicitação justifica-se para a reforma de calçada interna e externa da entidade.

Submetido à análise da Procuradoria Jurídica da Casa, esta manifestou-se favoravelmente à matéria.

Quanto à iniciativa e competência, o projeto encontra-se devidamente elaborado nos termos dos artigos 14, inciso XI; 70, inciso VIII; 99, inciso I e 183, todos da Lei Orgânica do Município, c/c art. 200, inciso IV do Regimento Interno e art. 30, inciso I, da Constituição Federal.

VOTO DO RELATOR

Analisados todos os aspectos que me competem, manifesto meu VOTO FAVORÁVEL, de forma a dar continuidade aos trâmites regimentais deste Projeto, recomendando a esta Comissão o mesmo procedimento.

Palácio Legislativo Agua Grande, 12 de agosto de 2019.

VITOR BINETEODORO

Relator